

Cidadão terá acesso total ao Orçamento no próximo ano

O Siga Brasil, sistema que permitirá ao cidadão o acompanhamento *on-line* do Orçamento da União, desde o projeto de lei até a execução das despesas aprovadas pelo Congresso Nacional, foi inaugurado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney.

Página 3

TRANSPARÊNCIA Sarney, Machado, Palocci e João Paulo se dirigem à solenidade de inauguração do Siga Brasil



Márcia Kallume



AUDIÊNCIA Papaléo Paes (C) ouve números apresentados por Francisco Viacava (D), José Antonio Escamilla e Reinaldo Guimarães (E)

Brasileiros cada vez mais obesos e desdentados

Cerca de 10% dos brasileiros são obesos e 28% têm sobrepeso, ou seja, estão com peso acima do que seria ideal. O problema é maior entre as mulheres com idade superior a 50 anos – cerca de 17% delas são obesas e 35,6% têm sobrepeso.

Esse é um dos dados preocupantes dos números brasileiros da Pesquisa Mundial de Saúde, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O estudo

foi apresentado na Subcomissão Temporária da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais.

Outros números que alarmaram os pesquisadores indicam que 14,4% dos brasileiros adultos já perderam todos os dentes. Entre as mulheres de mais de 50 anos, 56% não têm mais nenhum dente natural.

Cerca de 18% dos brasileiros fumam diariamente, e a maior incidência de fumantes é entre os homens com mais de 50 anos.

Carentes podem ganhar vagas em universidades

Reserva de 30% do total de vagas de cada curso de instituição pública para alunos comprovadamente carentes é aprovada pela Comissão de Educação. Proposta segue, agora, para a CCJ

Página 7

Comissão revê normas para medidas provisórias

O senador Antonio Carlos Magalhães foi eleito ontem para presidir a comissão especial do Congresso encarregada de aperfeiçoar as normas sobre edição e tramitação de medidas provisórias.

Página 8



OBJETIVO Antonio Carlos prevê Congresso mais forte com novos critérios para medidas provisórias



INTENÇÃO Relator da proposta, Valadares (terceiro à direita, ao microfone) diz que Senado reforça sua responsabilidade no exame das solicitações de crédito

Comissão aprova rigor nas autorizações de empréstimos

O Senado poderá exigir prova do cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal para autorizar operações de crédito solicitadas pelo Executivo. A mudança está

contida em substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O objetivo é reforçar a responsabilidade do dirigente na gestão financeira e orçamentária.

Página 5



Flávio Arns
ÁÇÃO Presentes em 2 mil municípios, as associações buscam transformar leis em realidade, informa Arns

Flávio Arns registra os 50 anos das Apaes

Em nome do Partido dos Trabalhadores, o senador Flávio Arns (PR) registrou ontem os 50 anos de criação do movimento das associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes), iniciado no então estado da Guanabara, em 1954. Segundo o senador, as Apaes são o maior movimento do mundo de apoio às pessoas com necessidades especiais, com atuação em cerca de 2 mil municípios.

O objetivo da Apaes, observou o senador, é dar apoio às famílias, prestar serviços como os de educação e saúde, e lutar por cidadania para transformar as leis em realidade, além de promover a socialização. Todos os portadores de necessidades especiais têm a oportunidade de participar das diretorias das Apaes, acrescentou o senador.

Arns disse ser importante refletir sobre cada letra da Apaes: o A, de Associação, quer dizer "que nenhum de nós" sozinho é tão bom quanto o conjunto; o P, de Pais, que desejam ver seus filhos felizes; o segundo A, de Amigos, que não têm filhos, mas se dedicam aos portadores de necessidades especiais; e o E, de Excepcionais, estimados hoje em torno de 10% a 14% da população brasileira.

Agenda



MP do Banco Central ainda tranca pauta da Casa

A pauta do Senado, que realiza sessão às 14h30, segue travada pelo projeto de conversão (PLV 54/04) originado da medida provisória que concede *status* de ministro ao presidente do Banco Central. A mudança garante ao chefe do BC foro privilegiado em caso de ações judiciais e é conhecida como MP do Meirelles por ter sido editada após a veiculação de denúncias contra o atual presidente do BC, Henrique Meirelles.

40 anos do Parlatino e promulgação da reforma do Judiciário

Para celebrar os 40 anos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o Congresso promove sessão solene às 9h. Serão inauguradas ainda duas exposições, sendo uma no Salão Negro, com fotos e painéis sobre o Parlatino, e a outra na

Senado Galeria, com artesanato típico dos países membros. Às 11h, o Congresso realiza outra sessão conjunta para promulgar a reforma do Judiciário (PEC 29/00). O presidente do Senado, José Sarney, participa dos eventos.



Subcomissão que acompanha Operação Pororoca ouve delegado

A subcomissão que acompanha as investigações da Operação Pororoca da Polícia Federal ouve hoje, às 11h, o delegado Tardelli

Boaventura, que preside o inquérito. A operação investiga irregularidades em licitações de obras públicas. Às 12h, a Comissão

de Fiscalização e Controle (CFC) analisa dois avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pelo órgão.

Governador do DF participa de audiência

A criação do estado do Planalto Central volta a ser tema de audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) hoje, às 10h. O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, participa do debate. Na segunda parte da reunião, os parlamentares devem concluir a votação do projeto (PLC 10/04) que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs).



Indicação para a diretoria da Anvisa

A indicação de Dirceu Raposo de Mello para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no lugar de Luis Carlos Wanderley Lima, pode ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h. No mesmo horário, a Comissão de Educação reúne-se para votar projeto que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (PLC 48/04).

CPI da Terra

Às 14h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que trata da questão fundiária no país, realiza reunião administrativa para a votação de requerimentos apresentados pelos parlamentares. Amanhã, às 11h, será apresentado o relatório final da CPI do Banestado.

Habitação em debate

O programa *Cidadania*, que a TV Senado apresenta hoje, às 13h, discute a política nacional de habitação. Foram convidados Jorge Hereda, secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e Ivo Imparato, especialista do Banco Mundial sobre o assunto.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Jucá aplaude a Bovespa pelas ações sociais

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) de criar um mecanismo para permitir que pessoas físicas e jurídicas colaborem em programas de cunho social, na chamada Bolsa de Valores Sociais.

Segundo Jucá, é louvável que a Bovespa, em vez de "ficar enclausurada em seu economismo", tenha escolhido o caminho da participação social. Como exemplo, ele citou as ações realizadas na comunidade de Paraisópolis, favela localizada em São Paulo.

O senador também elogiou declaração do presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 24 de novembro, de que seu próximo empreendimento será a integração dos mercados de capitais latino-americanos, com a finalidade de suprir a maior deficiência econômica dos países emergentes, que é a falta de poupança interna.

Pavan cobra de Lula duplicação da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do presidente Lula tanto a duplicação da Rodovia BR-101 quanto o número do telefone do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, prometido pelo presidente durante visita a Santa Catarina na semana passada.

– O presidente disse que faria a duplicação, mesmo não sendo um compromisso de campanha. Pois eu afirmo que o então candidato Lula, quando visitou Santa Catarina, prometeu a duplicação, chegando a mostrar, com o braço esticado, uma pasta que dizia ser o programa de governo – afirmou.

Pavan acrescentou que agora, na semana passada, na cidade de Palhoça, diante de 200 cidadãos e da imprensa, Lula comprometeu-se até a dar o telefone particular do ministro dos Transportes, para que se cobrasse dele a duplicação.

O senador relatou também que esteve em Itajaí reunido com empresários e com a diretoria da Associação Comercial e Industrial local para tratar da duplicação da BR-470.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



DIÁLOGO Valadares sugere ao governo que converse com segmentos interessados

Valadares quer reflexão sobre projeto de desvio de água

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que o governo federal aproveite a decisão da Justiça Federal, suspendendo reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que iria votar o projeto de transposição do Rio São Francisco, para repensar o projeto e conversar com os segmentos interessados.

Valadares acrescentou que o governo deveria apressar a votação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a revitalização do rio. A PEC, lembrou, foi aprovada por unanimidade no Senado Federal há dois anos.

O senador afirmou que essa "querela jurídica" não é benéfica, "porque posições antagônicas podem se radicalizar a ponto de que nem a transposição nem a revitalização aconteçam". Valadares trouxe dados do Encontro Internacional sobre Transferência de Águas entre Grandes Bacias – que congregou dezenas de cientistas e pesquisadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Centro de Estudos e Projetos do Nordeste (Cepen) – que contestam a pressa na realização da transposição.

Advertência

A conclusão do encontro – promovido por "entidades sem natureza política", como destacou o senador sergipano – adverte, entre outras coisas, que um dos eixos da transposição "é apenas um projeto de irrigação" e visa aumentar a sinergia de produção entre os grandes reservatórios existentes na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará. O documento afirma ainda não haver garantia de que as populações mais pobres tenham assegurados benefícios do projeto.

Siga Brasil: cidadão pode fiscalizar gastos públicos

■ Sistema lançado ontem pelo Senado permite acompanhar todas as fases do Orçamento

Depois de quase cinco anos de desenvolvimento, foi lançado oficialmente ontem o sistema Siga Brasil, que permitirá aos cidadãos brasileiros o acompanhamento *on line* do Orçamento Geral da União (OGU), desde o projeto de lei encaminhado pelo Executivo até a execução das despesas federais aprovadas pelo Congresso Nacional.

O Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga), de fácil acesso pela Internet, estará disponível de imediato aos gabinetes e às salas de imprensa das duas Casas do Legislativo,

a computadores instalados ao lado da Presidência do Senado, além de atender ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério do Planejamento.

Nessa etapa, o cidadão que quiser acessar o sistema terá de se dirigir aos terminais públicos do Senado. Mas daqui a alguns meses, como assegurou o presidente do Senado, José Sarney, na cerimônia de lançamento do sistema, no Salão Nobre do Senado, o Siga Brasil terá amplo acesso, podendo ser acionado por meio da *homepage* do Senado, pelas assembleias estaduais, câmaras municipais e pelo grande público.

Durante a cerimônia, que contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Educação, Tarso Genro, e do Planejamento, Nel-

son Machado, além de vários parlamentares, foi exibido um vídeo com a apresentação do sistema. Também houve a distribuição de um manual e uma demonstração de como o Siga Brasil pode ser acessado.

Exemplo

O responsável pela Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), Fábio Gondim, mostrou passo a passo como usar o Siga Brasil, exemplificando com os casos de emendas parlamentares apresentadas ao projeto de lei orçamentária de 2005 para duas localidades, os municípios de Ribeirão Preto (SP), onde Palocci foi prefeito, e de Santa Rita do Passa Quatro (SP), terra do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Gondim também demonstrou como as verbas empenhadas pelo Executivo podem ser acompa-

nhadas.

O sistema pode responder desde questões simples, como se o município recebeu os recursos do Fundef, até consultas mais elaboradas. Segundo o diretor da área de desenvolvimento do Prodasen, que trabalhou em parceria com a Conorf, Constantin Metaxa Kladis, o Siga Brasil apresenta uma versatilidade que permite selecionar a informação desejada de uma de suas bases e cruzá-la com qualquer outra base de dados.

O exemplo citado, durante a cerimônia, foi a possibilidade de cruzar os dados sobre mortalidade infantil com as verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) liberadas para um determinado município, com o objetivo de avaliar se os recursos estão sendo aplicados com eficiência.



AVANÇO Sarney e João Paulo (C), no lançamento do programa, entre os ministros Tarso Genro, Antonio Palocci e Nelson Machado

"É mais um instrumento de transparência", afirma Sarney

"Uma maneira fácil e aberta aos cidadãos de acompanhar a destinação e o uso dos recursos públicos nacionais." Foi assim que o presidente do Senado, José Sarney, definiu o programa Siga Brasil, lançado ontem no Salão Nobre da Casa.

– O programa é mais um instrumento de transparência. Ele permitirá a qualquer um acompanhar o Orçamento da União e a lei orçamentária até a sua execução – afirmou.

Durante a cerimônia, Sarney assinou convênio com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, para garantir o acesso dos deputados ao programa, e disse que a intenção do Senado é ampliar ainda mais o raio de alcance do Siga Brasil.

– Na fase de implantação, o Siga Brasil estará à disposição do público nas redes de computadores do Congresso e, através da Internet, nos ministérios. Nesta primeira etapa,

estamos dando à imprensa papel de interlocutor privilegiado, mas, dentro de alguns meses, o programa estará universalmente acessível pela Internet.

O senador lembrou que, para assegurar a transparência na administração, realizou, quando exerceu a Presidência da República, trabalho de organização das contas públicas, acabando com a duplicidade de orçamentos – havia o fiscal e o monetário – e criando o Sis-

tema Integrado de Informação Financeira do Governo Federal (Siafi), em 1987.

Com o mesmo objetivo de garantir o mais amplo acesso do público, ao presidir o Senado pela primeira vez, em 1996, Sarney criou o sistema de comunicação da Casa – TV, Rádio, Jornal e Agência –, além do serviço 0800 e o *site* do Senado, que permite ao cidadão acompanhar todo o processo legislativo pela Internet.



DEBATE TV Senado exhibe na sexta-feira audiência pública realizada no Sul, comunica Suplicy

Suplicy: TV transmitirá audiência sobre tabaco

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao Plenário que a TV Senado exibirá na próxima sexta-feira, a partir das 14h30, audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em Santa Cruz do Sul (RS), quando foram debatidos os termos da convenção assinada pelo Brasil e outras 191 nações estipulando medidas sobre o controle do tabaco.

A convenção, assinada em 2003, mas que precisa ainda ser ratificada pelo Congresso para vigorar no país, está sendo analisada pela CRE. O relator da matéria é Fernando Bezerra (PTB-RN), que participou da audiência pública ao lado de Suplicy e dos três senadores pelo Rio Grande do Sul: Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB).

– A Câmara já aprovou os termos da convenção. Quando começamos a analisá-la na CRE, o senador Zambiasi solicitou audiência pública. Depois dessa reunião, os três senadores gaúchos propuseram o deslocamento da comissão para uma das regiões produtoras.

No encontro de segunda-feira, informou Suplicy, o diretor do Instituto Nacional de Câncer, José Gomes Temporão, representou o ministro da Saúde. O presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul, Newton Monteiro de Barros, levou para prestar depoimento um homem vítima de enfisema pulmonar causado pelo tabaco. Agricultores defenderam a importância da produção de fumo para suas famílias.

Heloísa Helena (PSOL-AL), que presidia ontem a sessão, cobrou do governo coragem política para cumprir a promessa que teria sido feita de editar medida provisória proibindo a publicidade de bebidas alcoólicas.

Paim diz que Lula apóia aumento real do mínimo

■ Presidente ainda se declarou simpático à antecipação do reajuste para janeiro, revela senador

O senador Paulo Paim (PT-RS) relatou conversa que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que o presidente estaria determinado a dar um reajuste real ao salário mínimo, para compensar o aumento concedido em 2004, “que mal compensou a inflação do período”. A conversa teve lugar no avião presidencial, durante a viagem para a solenidade de lançamento da duplicação da BR-101, entre Palhoça (SC) e Osório (RS), na última sexta-feira, de que Paim também participou.

Segundo Paim, o presidente também se declarou simpático à idéia de antecipar para 1º de janeiro o reajuste do mínimo, que geralmente é concedido a partir de 1º de maio. Ele lembrou que um valor de R\$ 300, em janeiro, representaria um alívio bem maior para milhões de brasileiros que dependem do mínimo, do que o mes-



DISPOSIÇÃO Conforme Paim, o presidente também estaria propenso a apoiar correção da tabela do IR em 17%

mo valor somente a partir de maio.

Durante a conversa, Lula teria se mostrado disposto a atender a reivindicação da classe média pela correção da tabela de Imposto de Renda em 17%, que representa a inflação dos dois anos do seu governo, anunciou Paim.

O senador disse, ainda, que o sub-relator do Orçamento de 2005 para esses assuntos, senador Sibá Machado (PT-AC), está trabalhando para construir uma maioria em torno desses dois reajustes, uma vez que,

para poderem se transformar em realidade, é preciso haver dotação orçamentária correspondente.

Em aparte, o senador Flávio Arns (PT-PR) conclamou sociedade e governo a elaborar um sistema fixo de reajustes, tanto para o salário mínimo quanto para a tabela de IR, impedindo que haja enorme desgaste para todos os interlocutores a cada ano.

Tabaco

Paim relatou, ainda, viagem de comissão de senadores até Santa Cruz do Sul (RS) para audiência com produtores de tabaco destinada a debater a transição dessa cultura para outro tipo de lavoura. O senador explicou que o Brasil precisa diminuir sua produção, enquadrando-se na Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que o país assinou.

Paim disse que a comissão foi bem recebida pelos agricultores e todos se comprometeram a trabalhar por uma solução que atenda aos interesses dos envolvidos: agricultores, indústria e setor exportador.

Jucá analisa diversas opções para reajuste

O Orçamento Geral da União de 2005 deve começar a ser definido na próxima terça-feira na Comissão de Orçamento, com a votação dos relatórios setoriais. A previsão para a conclusão dos trabalhos é o dia 23 de dezembro. Ontem, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que estuda diversas possibilidades de reajuste do salário mínimo, de acordo com os impactos nas despesas da União.

Jucá afirmou que até o momento a única garantia é de um mínimo de R\$ 283. Qualquer valor acima disso, a ser pago em maio ou já a partir de janeiro, dependerá de definição entre o Executivo e o próprio relator.

– Estou estudando vários cenários. Não há nada definido e ainda vou conversar com

o presidente Lula. Trabalhamos para ter receitas consistentes. O desafio é conseguir recursos viáveis sem ameaçar o equilíbrio fiscal – destacou Romero Jucá.

Além do salário mínimo, há outras demandas, nas palavras de Jucá, a serem levadas em consideração na elaboração do Orçamento. Uma delas é a fixação de recursos para assegurar a compensação das perdas dos estados decorrentes da Lei Kandir, que desonerou as exportações.

Reajuste do IR

O outro ponto importante é a proposta de reajuste da tabela do Imposto de Renda em 17%. O relator da proposta, deputado Carlito Merss (PT-SC), afirmou que, para que a mudança valha já a partir



ESTUDOS “Não há nada definitivo e ainda vou conversar com o presidente Lula”, observa Romero Jucá

de janeiro, seria necessária a edição de uma medida provisória.

A Comissão Mista de Orçamento deu ontem mais um passo para a desobstrução da pauta. Graças a acordo entre os partidos, foram votados 14 créditos suplementares, dos quais, o que destina R\$ 70 milhões para escolas de ensino médio nos estados da Bahia, Sergipe e Pará.

Palocci não confirma correção da tabela do IR

A decisão sobre qual o tipo de proposição que será adotada para corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para o próximo ano será tomada pelo Legislativo, depois que o Executivo oferecer suas alternativas ao Congresso Nacional. Com essa informação, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esquivou-se de responder diretamente se a atualização da tabela de desconto na fonte será por medida provisória, como informou o relator da matéria na Câmara, o deputado Carlito Merss (PT-SC), ou por projeto de lei.

Palocci, que esteve ontem no Senado para participar do lançamento do Siga Brasil, sistema de informações online para acompanhamento do Orçamento federal pelos cidadãos brasileiros, considerou que essa iniciativa é uma importante contribuição para assegurar transparência na administração pública. Depois, reuniu-se com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, anunciando, ao final, que recebeu a “excelente notícia” de que o projeto da Lei de Falências, já aprovado pelo Senado, deverá ter sua votação concluída na Câmara até o fim do ano.

Negociações

O assunto principal, durante a entrevista à imprensa, foi a correção da tabela do IRPF retido na fonte. O ministro afirmou que prosseguem as negociações com as lideranças sindicais dentro do espírito de acordo firmado na casa do presidente da Câmara, que propiciou neste segundo semestre o abatimento de R\$ 100 da base de cálculo do imposto recolhido dos assalariados.

– Isso chegou a representar um desconto de 100% para alguns trabalhadores.

O ministro disse que “o IR no Brasil não é alto”, se comparado ao de outros países e “proporcionalmente” a outros tributos incidentes no Brasil. E reafirmou que “o IR no Brasil não é excessivo”, mas que o governo entende como “legítimas e sadias” as reivindicações para o reajuste da tabela.

– Podemos buscar algumas medidas que tornem o IR um pouco mais justo – frisou, informando que apenas 7,5% da população economicamente ativa (PEA) paga IR no Brasil.

César Borges questiona dados apresentados pela líder do PT

“É realmente inacreditável que a líder do Partido dos Trabalhadores, com a responsabilidade que tem, tenha divulgado informações manipuladas, comparando coisas heterogêneas e com metodologias completamente distorcidas para favorecer a atuação do governo.” A crítica foi feita pelo senador César Borges (PFL-BA), a propósito de pronunciamento feito na semana passada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), no qual ela apresentou indicadores sociais e econômicos que comprovariam o bom desempenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o senador pela Bahia, os dados citados pela líder foram manipulados grosseiramente, não tiveram suas fontes apresentadas e nem sequer são utilizados pelos respectivos ministérios nas suas avaliações. Ele se disse surpreso com os números divulgados e solicitou uma cópia do pronunciamento de Ideli, para confrontá-los com dados oficiais.

Um dos exemplos apresentados por César Borges para questionar a confiabilidade das informações foi a evolução do número médio de equipes do



CRÍTICA Segundo César Borges, números citados por Ideli foram manipulados grosseiramente

programa Saúde da Família. A senadora teria comparado que o total passou de 7.810 em 1999/2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, para 21.034 em 2003/2004, já na administração Lula.

– Não é ético fazer esse tipo de comparação tomando como base apenas os dois primeiros anos de cada governo e deixando de informar quantas equipes foram efetivamente herdadas da administração passada – afirmou o senador.

Em aparte, Ideli Salvatti ressaltou que as informações são oficiais e que lhe foram repassadas pela Casa Civil.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) comentou que a líder estaria sendo designada para defender o indefensável.

– Ideli, que tem vocação de cantora e canta muito bem, termina nos gratificando com o *Samba do crioulo doido* – encerrou Heráclito.

a acusou de usar dados manipulados sobre o desempenho social do governo.

De acordo com Ideli, se houve algum constrangimento, com certeza não foi devido à defesa que faz do governo, “com muita convicção”.

– Eu tenho certeza da correção do governo pelos resultados que já estão aparecendo e produzindo alterações significativas no cotidiano das pessoas, gerando emprego, oportunidades de renda e inclusão social, e abrindo possibilidades de criar vagas nas universidades para a juventude. Poderia listar uma série de projetos do governo que têm beneficiado a população brasileira – reafirmou a líder do PT.

Ideli destacou que está aberta ao debate com a oposição, mas frisou que, por ser politicamente incorreto, não gostaria de contribuir cantando *Samba do crioulo doido*, como ironizou Heráclito Fortes em aparte ao discurso de César Borges. Para a senadora, o samba é uma manifestação afro-descendente, que orgulha o Brasil.



AVANÇO “Tenho certeza da correção do governo pelos resultados que estão aparecendo”, diz Ideli Salvatti

Ideli afirma que defende o governo com muito orgulho

A senadora Ideli Salvatti disse ontem que faz com muito orgulho a defesa de um governo que os petistas tiveram a capacidade política de eleger e que tem à frente uma personalidade com a história de Luiz Inácio Lula da Silva. A declaração foi feita em resposta a pronunciamento do senador César Borges, que

CAE vincula crédito a responsabilidade fiscal

Comissão acolhe projeto que exige prova do cumprimento da lei no exame de pedidos de financiamentos

A comprovação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal poderá ser obrigatória para a autorização de todas as solicitações de operações de crédito interno e externo feitas pelo Executivo ao Senado. A mudança está contida em substitutivo aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O substitutivo foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de resolução (PRS 5/04) do senador João Capiberibe (PSB-AP). O texto, que altera a Resolução 96/89 do Senado, exige a inclusão de cópias de relatórios nas

instruções de pedidos de autorização de empréstimos, com a comprovação da publicação dos documentos.

O autor argumenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) garante transparência nas ações governamentais e responsabilidade na gestão orçamentária e financeira dos entes públicos. Para o relator, o projeto reforça o papel que a Casa tem na aprovação de quaisquer créditos.

Retenção de ISS

Na mesma reunião, a CAE decidiu encaminhar ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que torna obrigatória a retenção do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo ente público responsável pelo pagamento de obra, e seu recolhimento, no prazo de três dias úteis, à Fazenda Pública municipal. Como o relator, senador Valdir

Raupp (PMDB-RO), recomendou a rejeição da matéria, considerada inconstitucional, o autor, senador Antonio Carlos Valadares, pediu o exame do assunto pela CCJ, antes da deliberação definitiva da CAE.

Foi aprovada ainda a realização de audiência pública com representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento para discutir a necessidade de correção na Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). Autor do pedido, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou a importância de ouvir o Executivo antes de votar projeto de Ana Júlia Carepa (PT-PA).

A CAE aprovou também requerimentos de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para realização de audiências públicas, sendo uma com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e outra com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.



DEBATES Senadores da CAE aprovaram ainda requerimentos para realização de audiências públicas com ministros

Autorizado empréstimo para o Maranhão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na reunião de ontem parecer favorável à autorização para que o estado do Maranhão contrate, com garantia da União, operação de crédito externo, no valor de US\$ 30 milhões, com o Banco Mundial (Bird). Os recursos se destinam a financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do estado. O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a importância da aprovação do empréstimo para a aplicação de recursos substanciais na área rural do Maranhão. A matéria seguiu para exame do Plenário (MSF 180/04).

O projeto terá contrapartida de US\$ 6,5 milhões de recursos do governo estadual e de US\$ 3,5 milhões que serão assegurados pelas comunidades envolvidas. De acordo com o relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o estado do Maranhão possui capacidade de pagamento, conforme atesta parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Embora o empréstimo implique extrapolação de limites de comprometimento da receita corrente líquida do estado, definidos por resoluções do Senado, Tourinho explica em seu relatório que a operação está amparada legalmente, por

estar prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão. Essa avaliação, disse ele, está confirmada em pareceres da STN e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Foi concedida vista ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) do projeto autorizando o governo federal a contratar crédito com o Banco Mundial, no valor de US\$ 572 milhões, para o programa Bolsa-Família (MSF 188/04).

Em seu relatório favorável ao pedido, Eduardo Suplicy (PT-SP) informa que o empréstimo visa aperfeiçoar o monitoramento das ações.

Alberto Silva pede apoio à produção de biodiesel

■ Senador faz sugestões complementares à MP que prevê incentivos ao combustível, enviada ao Congresso

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) aproveitou o envio ao Congresso da Medida Provisória 227/04, que trata do registro especial do produtor ou importador de biodiesel e da incidência de contribuições sobre as receitas geradas pela venda do produto, para reivindicar maior apoio governamental à produção do combustível, menos poluente e renovável. O parlamentar lembrou que as pesquisas sobre biodiesel foram iniciadas há 30 anos e as vantagens geradas pelo combustível vão além da conservação do meio ambiente, podendo produzir impacto



IMPACTO "Quero que o homem do campo ganhe bem e se transforme em cidadão", afirma Alberto Silva

real na vida do agricultor. Embora tenha sido indicado o senador Tião Viana (PT-AC) para relatar a MP no Senado, Alberto Silva se dispôs a auxiliá-lo, já que acompanha os estudos sobre o assunto desde a década de 70. Com base nessa experiência, propôs três linhas de ação para incrementar a produção e ampliar os ganhos do produtor rural: organização

do plantio de mamona, uma das fontes de biodiesel, em propriedades de três hectares; melhoria do preço pago por litro do óleo ao lavrador; e acesso do agricultor à movimentação dos recursos do Pronaf por conta bancária.

– Meu interesse é que o homem do campo ganhe bem e se transforme em cidadão – declarou. Na sua opinião, deveria ser pago R\$ 1 por quilo de mamona colhido pelo produtor.

Outro nicho de mercado para o biodiesel nacional, conforme acrescentou, seria o mercado norte-americano. Os Estados Unidos teriam interesse, avaliou Alberto Silva, em comprar energia limpa e pagar até mais de US\$ 1 por litro. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) respaldaram os comentários do parlamentar piauiense.

Hélio Costa cobra incentivos para todas as regiões do país

Depois de elogiar o governo federal pelo lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu algumas alterações na medida provisória que trata do assunto. Ao contrário do que estabelece a MP 227/04, ele quer que a isenção total do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que incidem sobre o preço do produto cultivado abranja todas as re-

giões brasileiras, e não apenas os agricultores familiares do Nordeste, Norte e semi-árido do país.

Hélio Costa também quer que a isenção destes impostos atinja todas as oleaginosas das quais pode ser extraído o biodiesel, e não apenas a mamona e a palma, como está na MP. O senador sugeriu que a medida provisória seja alterada pelo Congresso para que se retirem as limitações e o benefício possa ser estendido a todos os pequenos produtores.



AMPLIAÇÃO Hélio Costa sugere que isenção de impostos não seja apenas para mamona e palma

Em Barbacena (MG), onde será implantada a sexta refinaria de biodiesel do Brasil, informou Hélio Costa, cerca de três mil pequenos agricultores vão produzir oleaginosas.

Ambiente é favorável à MP, avalia Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) se disse otimista em relação à aprovação da MP que criou o Programa do Biodiesel, argumentando que o programa “trará tantos benefícios que já criou um ambiente favorável” no Congresso. Ele ressaltou que a iniciativa permitirá aos pequenos produtores melhorarem de vida.

Na avaliação de Quintanilha, o Programa do Biodiesel é a melhor alternativa energética



VALOR Para Quintanilha, programa representa grande oportunidade para as regiões mais pobres

e ambiental para o Brasil no futuro e representa uma grande oportunidade para que as regiões mais pobres se integrem a um projeto de desenvolvimento sustentável.



DISTÚRBO País vive "esquizofrenia" ao procurar um culpado a cada assassinato, alerta Tião Viana

Viana quer debate sobre assassinato de policiais

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou dados do jornal *Folha de S. Paulo* que indicam o assassinato de 281 policiais no Brasil entre 1º de janeiro e 15 de julho deste ano. Desse

total, 81 foram mortos no Rio de Janeiro, 59 em São Paulo, 29 na Bahia, 23 em Minas Gerais e 18 no Pará.

Em pronunciamento ontem, o senador propôs a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para ouvir o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e representantes dos governos e das polícias militares dos estados mais atingidos, como forma de o Senado homenagear os policiais e levar esta discussão para a sociedade brasileira.

Para Viana, o país vive “um estado de esquizofrenia”, buscando um culpado a cada policial assassinado, enquanto em outros lugares, como Nova York, se procuram novas saídas para combater o problema como um todo.

Heloísa alerta para extermínio de menores

A propósito da discussão sobre violência urbana travada em Plenário, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o dado mais estarrecedor é aquele segundo o qual o homicídio é a principal causa de morte de crianças de 5 a 14 anos na cidade de São Paulo.

Para ela, essas crianças são assassinadas em decorrência do modelo econômico que privilegia a geração de superávit, em detrimento de políticas sociais que poderiam dar escola, emprego e habitação para as famílias carentes, impedindo



ERRO Prioridade para superávit e falta de políticas sociais fortalecem o narcotráfico, diz Heloísa Helena

que suas crianças fossem cooptadas pelo narcotráfico e acabassem assassinadas.

Segundo Heloísa, para reverter esse quadro de abandono e morte basta que se cumpram as leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.



CRISE Segundo Jefferson Pères, episódios de violência na cidade frustram direitos básicos do cidadão

Jefferson volta a defender intervenção no Rio

O senador Jefferson Pères (PDT-AM) voltou a defender uma intervenção federal temporária no Rio de Janeiro. No seu ponto de vista, os Conse-

lhos da República e de Defesa deveriam ser convocados a analisar a medida “em defesa da população da cidade”. Os episódios de violência urbana registrados têm frustrado, segundo afirmou, o exercício de três direitos básicos do cidadão: o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

Após o primeiro apelo em prol da intervenção temporária no Rio, feito em Plenário na semana passada, Jefferson disse ter recebido vários e-mails de cariocas apoiando a proposta. Para ilustrar o cenário de “grave comprometimento da ordem pública”, o parlamentar leu o relato de um engenheiro de 62 anos, que listou 11 ocorrências de violência urbana sofridos por ele e seus familiares.

Para ele, “isso é o fim da ordem pública”.



RECONHECIMENTO A aluna Francisca Maria diz, na solenidade de formatura, que realizou o sonho de "conseguir ler as coisas direito"

Senado alfabetiza mais 24 funcionários terceirizados

Uma turma de 24 alunos de alfabetização de adultos se formou ontem em cerimônia no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O curso de alfabetização foi oferecido pelo Senado aos funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Durante a cerimônia, o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, afirmou que é um momento de grande felicidade poder ajudar essas pessoas.

O diretor do ILB, Florian Madruga, destacou que com essa turma o instituto alcançou o número de 106 adultos alfabetizados em um ano. Em 2005, o ILB deverá fazer levantamento para verificar se há demanda para outras turmas. As aulas são ministradas por funcionários voluntários, treinados pelo consultor João Bosco Bonfim.

Os alunos são liberados pelas empresas contratantes para

assistir às aulas em horário de trabalho. O curso não representa qualquer custo para o Senado, ressaltou Florian. O diretor do ILB informou que o instituto pretende oferecer agora curso de introdução à informática para esses novos alfabetizados.

A aluna Francisca Maria Pereira de Oliveira foi oradora da turma. Aos 37 anos, Francisca realizou o sonho de "conseguir ler as coisas direito" e por isso quer continuar estudando até chegar à faculdade e ainda almeja prestar concursos públicos. Os estudos que foram interrompidos para ajudar a família na agricultura ganham agora um novo impulso, contou.

Outro aluno, Janedson Pinheiro da Silva, considera que deu "um passo para subir na vida" ao aprender a ler aos 54 anos de idade.

Homenagem a Lévi-Strauss, autor de *Tristes Trópicos*

O senador José Sarney (PMDB-AP) homenageou ontem, em discurso no Plenário, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, autor do livro *Tristes Trópicos*, "obra básica para a compreensão do Brasil", na opinião do parlamentar. Em recente entrevista a jornais franceses, Lévi-Strauss incluiu Sarney entre as figuras brasileiras importantes de que se recordava.

O senador abriu seu pronunciamento referindo-se aos 96 anos do antropólogo, completados no dia 28 de novembro, e assinalou que Lévi-Strauss é um tipo de pessoa que se projeta para além de sua época, rompendo o que chamou de "fronteiras da história". Para Sarney, Lévi-Strauss teve nas ciências humanas o mesmo impacto provocado por Charles Darwin, que desenvolveu a teoria evolucionista das espécies; por Karl Marx, autor de *O Capital*; e por Sigmund Freud,

pai da Psicanálise.

Expoente da teoria estruturalista – método de análise que trata de sistemas em grande escala, examinando as relações e as funções dos elementos que constituem tais sistemas –, Lévi-Strauss esteve no Brasil entre 1935 e 1938 lecionando na Universidade de São Paulo (USP). Ali foi um dos fundadores do curso de Sociologia.

Fruto desse período de estudos, o livro *Tristes Trópicos* fala, no estilo de um relato de viagens, de tudo o que aprendeu observando as sociedades indígenas. De acordo com Sarney, o antropólogo sentiu a necessidade de contar como ocorreu o processo que o levaria a compreender mais profundamente o ser humano, "abolindo, de uma vez por todas, a idéia de que os valores humanos são melhores em algumas sociedades, abolindo qualquer base para o racismo".

Cota para alunos carentes em universidades públicas

■ Comissão de Educação aprova projeto que reserva 30% das vagas para quem tem renda familiar de até R\$ 1.300

As universidades públicas poderão ser obrigadas a reservar 30% do total de vagas de cada curso para alunos comprovadamente carentes. A determinação consta do Projeto de Lei 215/03, de autoria da então senadora Iris de Araújo, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A matéria ainda tramitará em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo a proposta, considera-se carente o candidato a uma vaga em universidade pública cuja renda familiar seja inferior a cinco salários mínimos (R\$ 1.300). E o ingresso dependerá de aprovação no processo seletivo adotado para todos os candidatos.

No parecer que elaborou sobre o projeto, o relator da matéria, Leonel Pavan (PSDB-SC), observa que o perfil de grande parte dos estudantes das universidades públicas é de pessoas provenientes de famílias com renda relativamente elevada. Enquanto isso, compara, os estudantes mais pobres "são forçados a buscar os cursos dos estabelecimentos particulares e arcar com encargos frequen-



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

PERFIL Pavan apresentou parecer favorável ao projeto de Iris de Araújo observando que mais pobres são obrigados a buscar escolas particulares

temente elevados para os seus padrões de renda".

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou voto favorável à matéria, por sua capacidade de inclusão social, mas advertiu que o país ainda se encontra entre os mais atrasados do mundo na educação fundamental. Por sua vez, Cristovam Buarque (PT-DF) criticou a proposta, anunciada anteontem pelo Ministério da Educação, de destinar ao ensino superior 75% das verbas para educação.

José Jorge (PFL-PE) preferiu se abster, afirmando que a lei deveria apenas estabelecer uma diretriz favorável à inclusão social para as universidades. Hélio Costa (PMDB-MG) reconheceu que outros projetos já destinaram vagas a estudantes de escolas públicas e afro-descendentes, mas defendeu a proposta de Iris de Araújo.

Tabaco

Também recebeu parecer

favorável da comissão o Projeto de Lei 333/03, de Magno Malta (PL-ES), que proíbe o patrocínio ao esporte ou à cultura por parte de empresas fabricantes de derivados do tabaco (como cigarros e charutos). A proposta teve como relator João Capiberibe (PSB-AP).

Por recomendação do relator, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), a comissão decidiu pelo conhecimento e encaminhamento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do aviso do TCU com relatório de acompanhamento da aplicação de recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Ficou adiada para hoje a discussão do Projeto de Lei da Câmara 48/04, que autoriza o Executivo a instituir a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Ao apresentar seu parecer, o relator *ad hoc* Hélio Costa anunciou que votaria a favor da matéria.

Tarso Genro pede a Sarney apoio para o ProUni

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro da Educação, Tarso Genro, que defende a rejeição pela Casa de emenda da Câmara à medida provisória que instituiu o programa Universidade para Todos (ProUni), que garante bolsas de estudo para alunos de baixa renda (MP 213/04). O ministro também visitou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Vim apresentar dados demonstrando que o programa já está sendo aplicado, com 113 mil vagas confirmadas. Se for mantida a modificação da Câmara, em quatro anos teremos a perda de 160 mil bolsas, o que



Márcia Kalume

ARGUMENTO Tarso disse a Sarney que modificação da medida provisória acarretará perda de 160 mil bolsas para alunos carentes em quatro anos

vai atingir duramente a população de baixa e baixíssima renda. Será um dano irreparável para esses jovens – disse.

A emenda reduziu de 10% para 7% o comprometimento

da receita anual das instituições privadas com a concessão de bolsas. Segundo o Ministério da Educação, com essa redução o ProUni perderá 33,8 mil bolsas de estudo por ano.

ACM preside comissão para aperfeiçoar MPs

■ Parlamentares buscam forma para melhorar rito de tramitação de medidas provisórias e agilizar votações

A comissão mista especial criada para aperfeiçoar o rito de tramitação de medidas provisórias elegeu ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para presidi-la. De acordo com ele, que indicou o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) para relator, os trabalhos da comissão deverão se estender, no máximo, até 15 de fevereiro de 2005, quando se inicia o novo ano legislativo.

A comissão ouvirá, a partir da próxima terça-feira, líderes e parlamentares das duas Casas do Congresso, entre eles Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Jefferson Péres (PDT-AM) e os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Profes-



OBJETIVIDADE "Com critérios claros para edição de MPs o Congresso fica mais forte", afirma Antonio Carlos

sor Luizinho (PT-SP) e Miro Teixeira (PPS-RJ), com o propósito de debater o aperfeiçoamento na tramitação de MPs.

Seleção

De janeiro a novembro, o Executivo editou 122 MPs. Com reuniões agendadas para as terças e quintas-feiras, e excepcionalmente às quartas-feiras, a comissão mista fará, inicialmente, um trabalho de "depuração" das medidas provisórias, disse ACM.

Para ele, o Congresso não pode continuar com a pauta travada em consequência do excesso de medidas provisórias editadas pelo governo, enquanto a sociedade acha que o Legislativo não trabalha.

– O ideal seria não termos medidas provisórias. Mas, se conseguirmos definir com objetividade e clareza os critérios para edição das MPs, o Congresso ficará mais forte – afirmou o presidente da comissão especial.

Sigmaringa Seixas, por sua vez, admitiu que as propostas da comissão poderão ser concretizadas por meio de uma emenda constitucional.

Além do presidente e do relator, a comissão especial é integrada pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Tião Viana (PT-AC), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e pelos deputados Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), Dimas Ramalho (PPS-SP) e Jaime Martins (PL-MG).

Oito medidas provisórias trancam a pauta

Ainda sem acordo para votação, seguiu obstruída a pauta do Plenário ontem. Tranca a agenda o projeto de lei de conversão (PLV 54/04) que altera a medida provisória (MP 207/04) editada para dar *status* de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O presidente do BC passaria, com isso, a ter direito a foro especial, tendo a prerrogativa de ser julgado, se necessário, pelo Supremo Tribunal Federal. Na Câmara, os deputados estenderam aos ex-presidentes do Banco Central o mesmo direito.

Outras sete medidas provisórias obstruem a pauta do Senado, seis delas já alteradas pela Câmara e transformadas em PLVs. Dentre eles, o que institui o Programa Universidade para Todos, o ProUni (PLV 59/04), e o que introduz o biodiesel, produzido a partir de fontes vegetais renováveis, na matriz energética brasileira (PLV 60/04).

Mão Santa pede a Lula a ressurreição da Sudene

O senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Lula para que se inspire no Natal e, como Jesus Cristo disse ao amigo Lázaro, morto há quatro dias, exclame: "Levanta-te, Sudene, para fazer justiça social". O senador ainda perguntou por que o presidente não ressuscitou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste com "uma dessas medidas provisórias que não tinham urgência nem relevância".

Mão Santa afirmou que o país está dividido, é muito desigual e, em cidades como o Rio de Janeiro, já vive uma guerra. Para ele, o grito da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, ainda não chegou ao Brasil.

O senador citou dados divulgados pelo Instituto Bra-



DESEQUILÍBRIO Mão Santa resalta a gravidade das desigualdades regionais no Brasil

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a renda *per capita* anual dos brasileiros. De acordo com o IBGE, o Distrito Federal ocupa a primeira posição, com uma renda *per capita* de R\$ 16.361. "Em último lugar, com a menor renda do país, vem o Maranhão, com R\$ 1.949. O Piauí está um pouco melhor, com R\$ 2.113. Comparando o primeiro e o último lugar, o DF tem uma renda 840% maior que o Maranhão", comparou.

– E o que o governo tem feito para acabar com essas desigualdades? Uma boa idéia seria homenagear o economista Celso Furtado recriando a Sudene – afirmou ele.



DEPOIMENTO José Sarney, a ministra Ellen Gracie, Luiz Antônio Fleury e o ministro Ciro Gomes acompanham pronunciamento de d. Lily Marinho

Lily lança obra sobre sua vida com Roberto Marinho

Num evento de iniciativa da Presidência do Senado, o presidente da Casa, José Sarney, conduziu ontem, no Salão Nobre, a cerimônia de lançamento do livro *Roberto e Lily*, de autoria de Lily Marinho, viúva do fundador das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, morto no dia 6 de agosto do ano passado.

Num rápido discurso, Sarney disse que o Senado recebia Lily Marinho com carinho e definiu o livro como "o conto de uma história de amor, de uma convivência feliz que ela teve a oportunidade de viver com um homem a quem deu extrema felicidade nos últimos anos de sua vida". Sarney referiu-se a Roberto Marinho como um "homem excepcional, que marcou sua vida como uma referência de empreendedor, intelectual, humanista, amante

das artes e sobretudo homem que sabia ver o futuro".

O presidente do Senado mencionou o êxito desse empresário que anteviu a revolução tecnológica e transformou um jornal, recebido 20 dias depois da morte do pai, numa empresa de comunicação que hoje é referência de qualidade no mundo inteiro.

– A senhora contribuiu sem dúvida com seu afeto, carinho, amor e dedicação para que o doutor Roberto pudesse concluir essa vida vitoriosa – afirmou Sarney, dirigindo-se a Lily Marinho, que, em resposta, agradeceu com um "obrigada, do fundo do coração".

A decisão de escrever o livro foi tomada por Lily Marinho quatro meses depois da morte do jornalista, quando ela resolveu dividir com o público sua história de amor.

Suassuna: Brasil deve reagir ao bilateralismo de George Bush

As consequências da reeleição do presidente norte-americano, George W. Bush, para o Brasil foram analisadas ontem por Ney Suassuna (PMDB-PB). Um efeito negativo seria a tendência do republicano a firmar acordos comerciais bilaterais, indo de encontro à aposta do Brasil em acordos multilaterais, conforme o senador.

Ao contrário do que aconselham alguns especialistas, o Brasil, afirmou Suassuna, deve firmar pé em posições soberanas, evitando aderir ao bilateralismo imposto por Bush. O senador lembrou que a Organização Mundial do Comércio já assistiu a vitórias



SOBERANIA Suassuna destaca vitórias brasileiras na Organização Mundial do Comércio

brasileiras em batalhas contra os Estados Unidos por causa de medidas protecionistas.

Nesse aspecto, o senador fez apenas uma ponderação, ao questionar a defesa incondicional que o Brasil faz do Mercosul, num cenário em que a Argentina não oferece contrapartidas adequadas.

Suassuna ainda considerou um absurdo que os que mais pregam o livre mercado sejam os mais protecionistas.